



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Gabinete da Desa. Maria das Graças Morais Guedes**

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

### **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0009954-05.2014.815.2001**

Origem : 2ª Vara Cível da Comarca da Capital  
Relatora : Desa. Maria das Graças Morais Guedes  
Apelante : Cláudio Antônio de Melo Barros  
Advogado : Fabiano Miranda Gomes(OAB/PB 13.003)  
Apelado : PREVIMIL Previdência Complementar S/A  
Advogado : Elvecio Alves de Moura(OAB/RJ 9.928)

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. SENTENÇA QUE ACOLHEU A PRESCRIÇÃO TRIENAL E JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO. ART. 269, IV, DO CPC/73 C/C ART. 206, § 3º, DO CC. IRRESIGNAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. APRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III DO CPC/2015. NÃO CONHECIMENTO.**

Não há como conhecer do recurso que reflete argumentos dissociados dos fundamentos da sentença, configurando flagrante inobservância ao disposto no artigo 514 do CPC/73.

**Vistos etc.**

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Cláudio Antônio de Melo Barros**, hostilizando sentença (fls. 128/130) do Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Obrigação de Pagar e Indenização por Danos Morais ajuizada em face da **PREVIMIL Previdência Complementar S/A**, acolheu a prejudicial de prescrição e julgou improcedente o pedido inicial, nos termos do art. 269, IV, do CPC c/c art. 206, § 3º, V, do CC.

Em suas razões, fls. 132/137, o recorrente sustenta que a aplicação do art. 27 do CDC é indevida, já que a prescrição começa a correr do conhecimento do dano, incabível na hipótese dos autos, já que a venda casada é de difícil constatação, e que deveria ser aplicado ao caso a prescrição decenal prevista no art. 205 do CC. Por fim, postula o provimento do apelo.

Contrarrazões, fls. 140/145, pugnando pela manutenção da sentença.

A Procuradoria de Justiça, em parecer encartado às fls. 151/153, opina pelo prosseguimento do feito sem manifestação meritória.

**É o relatório.**

**D e c i d o .**

Compulsando-se os autos, constata-se que o recurso não deve ser conhecido, por ter deixado de atacar os fundamentos da sentença, violando o princípio da dialeticidade.

O art. 514, II, do Código de Processo Civil de 1973 estabelece que “a apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterà (...) os fundamentos de fato e de direito.”

A norma processual exige que o apelo ataque os fundamentos da decisão recorrida, ou seja, que a fundamentação do recurso diga respeito à sentença objeto da insurgência.

No presente caso, a decisão acolheu a prejudicial de prescrição e julgou improcedente o pedido inicial, nos termos do art. 269, IV, do CPC c/c art. 206, § 3º, V, do CC, por entender o Juízo *a quo* que a pretensão indenizatória fundada em alegada prática abusiva, ou seja, da venda casada, o prazo prescricional é regido pelo lapso das ações pessoais do Código Civil.

Logo, se o recorrente pretendia modificar essa decisão, teria que atacar seus fundamentos de forma específica, enfatizando, que ao contrário do exposto na sentença, não se aplica ao caso a prescrição trienal prevista no art. 206, § 3º, do CC, ou que não transcorreu o prazo prescricional reconhecido.

Acontece que o apelante limitou-se a afirmar que o magistrado *a quo* agiu erroneamente ao julgar improcedente o pedido, pois é “*indevido, (...), aplicação do art. 27 do CDC, uma vez que a prescrição começa a correr do conhecimento do dano, sendo incabível ao caso*”, bem como que deveria ser aplicado ao caso a prescrição decenal prevista no art. 205 do CC.

Destarte, como a parte não se ateve à matéria abordada no *decisum a quo*, patente está a dissociação existente entre o apelo e o julgado, impondo-se o não conhecimento do recurso.

A esse respeito, confira a jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 932, III, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. - Em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser fundamentados,**

**impugnando especificamente os termos da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00024597320108150731, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA ,j. em 02-06-2016)

APELAÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. SUBLEVAÇÃO DO AUTOR. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. **DISSONÂNCIA ENTRE AS ALEGAÇÕES RECURSAIS E OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOBSERVÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 932, III, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. - Em observância ao disposto no art. 514, II, do Código de Processo Civil de 1973, vigente ao tempo da interposição do reclamo, não se deve conhecer o recurso que não aponta as razões de fato e de direito para a reforma do decisum atacado, haja vista não ter sido observado o princípio da dialeticidade.** - Dispensável levar a matéria ao plenário, consoante preconiza o disposto no art. 932, III, do Novo Código de Processo Civil, o qual confere poderes ao relator para não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida, como ocorrente na espécie. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00082496320148152003, - Não possui -, Relator DES FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTINHO ,j. em 02-06-2016)

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO LIMINAR. PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA EDILIDADE. PRELIMINAR EM SEDE DE CONTRARRAZÕES. RAZÕES DA APELAÇÃO. ARGUIÇÕES GENÉRICAS e Dissociadas. **AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. APLICABILIDADE DO ART. 514, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E**

CELERIDADE PROCESSUAIS. Preliminar acolhida. SEGUIMENTO NEGADO. - **Não enfrentando os fundamentos observados na decisão recorrida, padece o recurso de regularidade formal, um dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, por inobservância ao princípio da dialeticidade.** - Não se conhece do recurso apelatório que não aponta as razões de fato e de direito pelas quais entende o apelante deva ser reformada a decisão hostilizada, violando, assim, o disposto no art. 514, II, do Código de Processo Civil. - O art. 557, caput, do Código de Processo Civil, permite ao relator negar seguimento a recurso através de decisão monocrática quando estiver em confronto com Súmula ou com Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Vistos. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000250320138150151, - Não possui -, Relator DES FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTINHO , j. em 22-01-2015)

Desta feita, trata-se de hipótese de decisão monocrática delineada no art. 932, III do Código de Processo Civil de 2015.

Com essas considerações, **NÃO CONHEÇO DO APELO**, nos termos do art. 932, III do CPC/2015.

**Publique-se. Intime-se.**

Gabinete no TJPB, em 31 de janeiro de 2017.

Desa Maria das Graças Morais Guedes

**R E L A T O R A**